

DCI - Diário, Comércio, Indústria & Serviços – 26/03/2008

Sem leilão, José Serra busca saída na Cesp

Com a confirmação do fracasso no leilão da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), que não acontece hoje por falta de participantes, o governo de São Paulo busca agora alternativas à privatização da estatal. Ontem, frente à queda de 21,09% nas ações da empresa após a suspensão da licitação, o governador José Serra acenou com a possibilidade de um "plano B", já divulgado timidamente há alguns dias: vender as ações minoritárias da Cesp que pertencem a outras estatais, mantendo o controle do Estado.

Com ações em baixa e instabilidade no mercado, o plano alternativo terá de esperar um tempo indeterminado para ser posto em prática; ou Serra fará o que nega enfaticamente: vender as ações da Cesp "na bacia das almas".

Se restava alguma dúvida quanto à realização do leilão da Cesp, ela se dissipou ao meio-dia de ontem. Quando estourou o prazo e nenhum dos cinco grupos pré-qualificados depositou o R\$ 1,74 bilhão como garantia para a participação na licitação, confirmou-se o fracasso de um processo de venda que foi, desde o começo, marcado por dúvidas. E foi a incerteza quanto à renovação, em 2015, de concessão das usinas de Jupia e Ilha Solteira o fator decisivo para que não se realize hoje a venda da terceira maior empresa de energia do país.

Em entrevista ao DCI, o diretor-presidente da Tractebel, Manoel Zaroni Torres, não quis revelar o preço que a empresa considerava justo, mas afirmou que alguns analistas falavam em um valor de cerca de R\$ 30,00 pelos papéis sem as garantias de renovação. A expectativa da empresa, segundo o executivo, era de que fosse utilizada a solução sistemática aplicada a outras privatizações, o que prorrogaria as licenças das usinas em 30 anos. "Mas isso teria que ser feito com mais antecedência", disse Torres.

O presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Júnior, declarou em nota que o interesse da empresa na Cesp estava vinculado à concessão das hidrelétricas Porto Primavera, Ilha Solteira e Jupia, mas que, "à luz das incertezas relacionadas à não renovação dos contratos de concessão", não faria o depósito da garantia para participar do leilão. O vice-presidente de Comercialização, Energias Renováveis e Novos Negócios da Energias do Brasil, Miguel Setas, divulgou comunicado no mesmo tom: "São ativos de peso no parque gerador da companhia e representam 65% da capacidade. A dimensão desse risco não criava condições de apresentarmos proposta nesta fase". Segundo ele, a empresa mantém interesse na companhia, mas só avaliará o projeto novamente caso a questão das concessões seja equacionada. Alcoa e Neoenergia também confirmaram a ausência de garantias como motivo da desistência.

A falta de participantes não foi surpresa para o mercado, que vinha aguardando um desfecho para o impasse na renovação das duas principais usinas da Cesp, como antecipou o DCI. "A realidade mostrou o que os interessados já haviam manifestado: é indispensável uma clareza em relação à renovação para se determinar o valor da empresa", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Só no próximo governo

A suspensão da venda da Cesp abre caminho para discussões em torno da política do Governo Federal em relação às concessões no setor energético. Só a Eletrobrás possui 15 usinas hidroelétricas e termoeletricas com vencimento previsto para 2015. O presidente da estatal, José Antônio Muniz, reafirmou, em meio à repercussão do cancelamento do leilão, que a empresa "precisa muito" das renovações e espera posição oficial sobre o assunto.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, se eximiu ontem de culpa pelo fracasso do leilão da Cesp. Lobão, que havia criado um grupo para estudar uma "brecha jurídica" na questão da Cesp, disse que não há solução imediata para a lei em vigor. Ele anunciou a formação de um grupo de trabalho, dentro do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para examinar "todas essas questões e as possibilidades para o futuro". Mas este futuro não está próximo, segundo Lobão: "essa mudança só vai acontecer lá adiante, em outro governo".

Para o advogado Luiz Eduardo Serra Netto, do escritório Duarte Garcia, Gaselli Guimarães e Terra Advogados, o governo estadual perdeu o timing de venda da estatal. "Não dá para ganhar nas duas pontas. A licença de 20 anos poderia aumentar o preço da Cesp quando foi concedida, mas a opção foi pela venda de energia por um custo baixo, aproveitando as usinas já instaladas".

A separação dos ativos da Cesp em diferentes empresas poderia ser uma solução para a venda da companhia, segundo Netto: "As usinas poderiam ser isoladas em empresas autônomas, separando-se as usinas cujas concessões demorarão mais a vencer."

Uma alteração na Lei das Concessões pode ser feita por meio de Medida Provisória, mas a situação atual favorece o Governo Federal, que terá de volta um grande número de usinas em 2015.